



Apoiar a internacionalização



Mercado: Brasil



COFINANCIADO POR:



Conteúdo

Informação Geral do País	6
Indicadores Económicos	8
Contexto atual e Perspetivas futuras para a Macroeconomia.....	8
Comércio Internacional	10
Investimento Direto	13
Relações Económicas com Portugal	15
Comércio de Bens.....	15
Comércio de Serviços	17
Investimento Direto	18
Condições Legais de Acesso ao Mercado e Outras Informações.....	19

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Tabela de acrónimos	4
Tabela 2 - Informação Geral do País.....	6
Tabela 3 - Indicadores macroeconómica do Brasil (1/3).....	8
Tabela 4 – Indicadores macroeconómica do Brasil (2/3).....	9
Tabela 5 – Indicadores macroeconómica dos Brasil. (3/3)	10
Tabela 6 – Posição do Brasil nas trocas comerciais internacionais	10
Tabela 7 – Balança comercial do Brasil.....	11
Tabela 8 - Principais mercados de exportação para o Brasil.....	11
Tabela 9 - Principais mercados de importação para o Brasil.....	12
Tabela 10 - Principais produtos transacionados nos mercados internacionais pelo Brasil em 2016	13
Tabela 11 – O Brasil como recetor e emissor de IDE.....	13
Tabela 12 – Balança Comercial de Bens de Portugal com o Brasil	15
Tabela 13 – Posição e quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Bens	15
Tabela 14 – Grupos de produtos principalmente exportados para o Brasil	16
Tabela 15 – Grupos de produtos principalmente importados para o Brasil.....	17
Tabela 16 – Balança Comercial de Serviços de Portugal com o Brasil.....	17
Tabela 17 – Quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Serviços	18
Tabela 18 – Fluxos de Investimento Direto entre Portugal e o Brasil – Princípio Direcional	18
Tabela 19 – Posição (stock) de Investimento Direto entre Portugal e o Brasil – Princípio Direcional	18
Tabela 20 – Condições Legais de Acesso ao Mercado e Outras Informações	19

Tabela de Acrónimos

Tabela 1 - Tabela de acrónimos

Acrónimo	Significado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMF	International Monetary Fund
E.U.A.	Estados Unidos da América
EIU	The Economist Intelligence Unit
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDPE	Investimento Direto Português no Estrangeiro
PIB	Produto Interno Bruto
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
USD	Dólares americanos



Alentejo EXPORT



Informação Geral do País

Tabela 2 - Informação Geral do País

Área	8 515 692,3 km ²
População	208,5 milhões de habitantes em 2018
Densidade Populacional	24,48 hab./km ²
Designação oficial	República Federativa do Brasil
Presidente	Michel Temer
Vice-Presidente	Rodrigo Maia
Data da atual constituição	Outubro de 1988
Principais partidos políticos	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Partido dos Trabalhadores (PT) Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Partido Progressista (PP) Partido da República (PR) Partido Social Democrático (PSD) Partido Socialista Brasileiro (PSB) Democratas (DEM) Partido Republicano Brasileiro (PRB) Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Solidariedade (SD) Partido Comunista do Brasil (PCdoB) Partido Social Cristão (PSC) Partido Popular Socialista (PPS) Partido Verde (PV) Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Rede Sustentabilidade (REDE)
Capital	Brasília – 2,97 milhões de habitantes (2018)
Outras cidades importantes	São Paulo – 12,18 milhões de habitantes (2018) Rio de Janeiro – 6,69 milhões de habitantes (2018) Salvador – 2,86 milhões de habitantes (2018) Belo Horizonte – 2, 50 milhões de habitantes (2018)
Religião	Maioritariamente católica (65%)
Língua oficial	Português
Unidade monetária	Real do Brasil (BRL) 1 EUR = 4,48 BRL (média agosto 2018)
PIB	2,055 Biliões de USD (est. 2017)
Risco País	Risco Geral - BB (AAA = risco menor; D = risco maior) Risco Político - BB Risco de Estrutura Económica - BB
Risco de crédito	5 (1 = risco menor; 7 = risco maior) – COSEC, junho de 2018
Competitividade	80º (Global Competitiveness Index 2017-18)
Transparência	96º (Corruption Perceptions Index 2017)
Facilidade Negócios	125º (Doing Business Report 2018)
Ranking Global	50º (EIU, entre 82 países)
Principais relações internacionais e regionais	<ul style="list-style-type: none"> ○ Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB) ○ Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) ○ Banco de Compensações Internacionais (BIS) ○ Organização das Nações Unidas (ONU) ○ World Bank Group ○ Organização Mundial de Comércio (OMC) ○ Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ○ Associação Latino-americana de Integração (ALADI) ○ Sistema Económico Latinoamericano e do Caribe (SELA)

	<ul style="list-style-type: none">○ Organização dos Estados Americanos (OEA)○ da União de Nações Sul Americanas (UNASUR)○ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)○ Comunidade Andina Organização
Relacionamento com a União Europeia (UE)	<ul style="list-style-type: none">○ Acordo-Quadro de Cooperação Brasil/UE○ Acordo-Quadro InterRegional de Cooperação Mercosul/UE

Fonte: IBGE e EIU

Indicadores Económicos

Contexto atual e Perspetivas futuras para a Macroeconomia

A economia brasileira tem oscilado substancialmente ao longo dos últimos anos. Fruto do progresso alcançado com as reformas económicas e as condições internacionais favoráveis verificadas durante os mandatos de Lula da Silva, e, posteriormente, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, a economia brasileira cresceu com grande fulgor em 2010 (cerca de 7,5%). Nos anos seguintes o crescimento económico abrandou, tendo, no período compreendido entre 2011 e 2013, registado taxas de crescimento entre os 3% e os 3,9% - fazendo-se sentir o peso da crise internacional. Em 2014, os resultados não melhoraram, revelando uma economia estagnada.. No ano seguinte o cenário económico piorou, com a economia a contrair (taxa negativa de crescimento do PIB - 3,5%), motivada, em grande parte, por um declínio do investimento e do consumo privado e público. Esta foi uma tendência que se manteve em 2016. O ano de 2017 marca um momento de viragem na economia Brasileira, com o PIB a crescer novamente (1%). O primeiro semestre de 2018 trouxe consigo um novo momento de conturbação. A greve do Diesel (greve de 10 dias dos camionistas, a uma escala nacional, em reação às constantes flutuações dos preços dos combustíveis) paralisou a economia brasileira em maio, alterando as previsões do Governo brasileiro de crescimento do PIB em 2018 de 2,5% para 2%, apesar do IMF ser mais otimista, prevendo um crescimento de 2,3%. Ainda assim, o país continua o ciclo de crescimento iniciado em 2017 (Tabela 3).

Tabela 3 - Indicadores macroeconómica do Brasil (1/3)

	Unidade	2014a	2015a	2016a	2017b	2018b	2019b
População	Milhões	202,8	204,5	206,1	207,7	209,2	210,7
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	2.460	1.800	1.1790	2.050	2.140	2.260
PIB per capita	USD	16.310	15.770	15.290	15.600	16.200	16.850
Crescimento real do PIB	%	0,5	-3,5	-3,5	1	2,3	2,5

Fonte: IMF

Notas: (a) Valores atuais (b) Estimativas (c) Previsões (1) Preços constantes

Tal como referido anteriormente, e como constatável na Tabela 4, o consumo privado registou um declínio acentuado a partir de 2015 (-3,9%), que se agravou em 2016 (-4,2%) e que, em linha com o início de uma nova fase de crescimento económico no Brasil, começou a mostrar alguns sinais de melhoria em 2017 (-0,8%). Do lado das empresas, o investimento em bens de produção apresentava uma tendência decrescente entre 2014 (-4,2%) e 2017 (-10,2%), registando variações negativas em todos os anos. Esta trajetória parece apresentar sinais de melhoria em 2017 (1,8%), continuando em 2018 e 2019 (4% e 4,5%, respetivamente)

Tabela 4 – Indicadores macroeconômica do Brasil (2/3)

	Unidade	2014a	2015a	2016a	2017b	2018b	2019b
Consumo privado¹	Var. %	2,3	-3,9	-4,2	-0,8	1,7	2,6
Formação bruta de capital fixo¹	Var. %	-4,2	-13,9	-10,2	-1,8	4,0	4,5

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores atuais (b) Estimativas (c) Previsões (1) Preços constantes

Do lado do estado, a contenção e o controle das despesas do estado são perceptíveis na análise histórica dos valores. O consumo público apresentava, em 2014, um aumento de 0,8% face ao ano anterior. Os dois anos seguintes foram de contração, com uma variação de -1,1% e -0,6% em 2015 e 2016, respetivamente. O ano de 2017 mantém esta tendência, não variando face ao ano anterior. Apesar desta contenção, o valor da dívida pública em percentagem do PIB tem tido uma tendência crescente ao longo dos anos analisados (Tabela 5), começando a aproximar-se de valores próximos de 100% (85,6% previsto para 2019).

Apesar das tentativas de controle da inflação iniciadas em 2015, estas não surtiram efeito. Nesse ano a inflação cifrou-se nos 9%, mais 2,7% que no ano anterior. Em 2016 não apresentou grande variação (-0,3% face a 2015). O ano de 2017 colocou a inflação num patamar de cerca de 3%, o valor mais baixo registado no Brasil desde 1998. Para os dois anos seguintes são previstos valores superiores ao alcançado em 2017 (4,2% e 4,3%, respetivamente), mas menores que os valores de 2014 (6,3%).

O desemprego no Brasil também apresenta números históricos pouco favoráveis. A taxa de desemprego em 2017 (13,4%) duplicou face ano de 2014 (6,5%), representando cerca de 14,2 milhões de pessoas. Não obstante, são esperadas ligeiras melhorias nos anos seguintes.

A balança corrente brasileira demonstra um déficit de desempenho nas suas relações internacionais. Apesar das melhorias substanciais conseguidas – Em 2016 apresentava um valor negativo de 1,3% do PIB que compara favoravelmente com o valor de 2014 (-4,2%), a tendência demonstra o agravamento deste saldo nos próximos anos, já com início no ano de 2017.

A moeda brasileira deverá desvalorizar face ao Euro, em 2018 e 2019, apesar de ter tido uma ligeira recuperação em 2017. Essa recuperação quebrou um ciclo de desvalorização registado entre o período de 2014 e 2016.

Tabela 5 – Indicadores macroeconômica dos Brasil. (3/3)

	Unidade	2014a	2015a	2016a	2017b	2018c	2019c
Taxa de desemprego	%	6,5	9,0	12,0	13,4	12,7	11,3
Taxa de inflação	%	6,3	9,0	8,7	3,0	4,2	4,3
Saldo do sector público	% do PIB	-4,7	-8,2	-6,4	-7,7	-6,1	-5,3
Consumo público¹	Var. %	0,8	-1,1	-0,6	0,0	0,4	-0,1
Dívida pública	% do PIB	56,3	65,5	69,9c	77,0	81,6	85,6
Saldo da balança corrente	10 ⁹ USD	-104,2	-59,4	-23,5	-31,6	-49,7	-59,9
Saldo da balança corrente	% do PIB	-4,2	-3,3	-1,3	-1,5	-2,4	-2,8
Taxa de câmbio – média	1EUR=x BRL	3,13	3,70	3,86	3,49	3,72	3,97

Fonte: Statista

Notas: (a) Valores atuais (b) Estimativas (c) Previsões (1) Preços constantes

Comércio Internacional

O Brasil é *player* relevante no contexto do comércio mundial. No ano de 2016 ocupava a 25^a posição no ranking de exportadores de bens. Esta posição refletia-se numa quota de 1,2% do total de exportações do mundo. No sentido inverso, colocava-se como o 28^o maior importador mundial (com uma quota de 0,9%). De realçar que a posição do Brasil como importador tem estado em queda desde 2013, quando ocupava a 21^a posição, em conformidade com o exposto na Tabela 6

Tabela 6 – Posição do Brasil nas trocas comerciais internacionais

Posição no <i>ranking</i> mundial	2012	2013	2014	2015	2016
Como exportador	23 ^a	23 ^a	25 ^a	25 ^a	25 ^a
Como importador	23 ^a	21 ^a	22 ^a	25 ^a	28 ^a

Fonte: World Trade Organization (WTO)

O Brasil é um país tendencialmente exportador, a sua balança comercial tem sido positiva desde 1998. Porém, 2014 foi uma exceção a esta regra, tendo apresentado uma taxa de cobertura de 98%, o que representou um défice de 4 mil milhões de dólares (Tabela 7). O ano de 2015 voltou a melhorar esta estatística, retomando o saldo positivo da balança (19,7 mil milhões de dólares), tendência que se deverá manter nos anos seguintes.

Tabela 7 – Balança comercial do Brasil

10 ⁹ USD	2012	2013	2014	2015	2016
Exportações (FOB)	242,6	242,2	225,1	191,1	185,0
Importações (FOB)	223,1	239,6	229,1	171,4	143,0
Saldo	19,5	2,6	-4,0	19,7	42,0
Coefficiente de cobertura (%)	109	101	98	111	129

Fonte: World Trade Organization (WTO)

O principal país de destino das exportações brasileiras é a China. A China não só liderava a lista em 2016 (19% do total de exportações do Brasil), mas também tem vindo a ganhar preponderância, em termos de quota, face aos restantes países (Tabela 8). Os E.U.A. são o segundo principal país de destino (12,6%), seguidos da Argentina (7,2%). Em termos de países europeus, os Países Baixos (5,6%) e a Alemanha (2,6%) são o 4º e o 5º país que mais compra ao Brasil.

Quanto a Portugal, é um comprador modesto de produtos brasileiros, tendo vindo a reduzir a sua quota ao longo dos anos (de 0,47% em 2014 para 0,35 em 2016).

Tabela 8 - Principais mercados de exportação para o Brasil

Mercado	2014		2015		2016	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
China	18,0	1 ^a	18,6	1 ^a	19,0	1 ^a
EUA	12,1	2 ^a	12,7	2 ^a	12,6	2 ^a
Argentina	6,3	3 ^a	6,7	3 ^a	7,2	3 ^a
Países Baixos	5,8	4 ^a	5,3	4 ^a	5,6	4 ^a
Alemanha	2,9	6 ^a	2,7	5 ^a	2,6	5 ^a
...
<i>Portugal</i>	<i>0,47</i>	<i>41^a</i>	<i>0,43</i>	<i>40^a</i>	<i>0,35</i>	<i>42^a</i>

Fonte: International Trade Centre (ITC)

No que concerne às importações, estas têm origem maioritariamente nos E.U.A., que tem vindo a reforçar a sua quota de mercado nos últimos anos (17,5% do total das importações em 2016, contra 15,4% em 2014), A China foi o segundo maior fornecedor em 2016, ano em que foi destronada pelos E.U.A., apesar de também ter reforçado a sua quota nos últimos anos (17% de quota em 2016, contra 16,3% em 2014).

A Alemanha e a Argentina (ambas com 6,6% de quota, em 2016), são os terceiros maiores fornecedores, seguidos da Coreia do Sul, com 4% de quota em 2016.

Os países europeus não entram na lista dos 5 maiores fornecedores do Brasil. Importa referir, no entanto, que a Alemanha foi o 6º maior fornecedor brasileiro

Portugal foi o 37º fornecedor do Brasil com 0,47% do total das importações brasileiras em 2016, tendo subido 4 posições face a 2014, ano em que ocupou a 41ª posição na respetiva lista de fornecedores. No entanto a sua quota desceu ligeiramente dos 0,48% ocupados em 2014 (Tabela 9).

Tabela 9 - Principais mercados de importação para o Brasil

Mercado	2014		2015		2016	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
E.U.A.	15,42	2ª	15,6	2ª	17,5	1ª
China	16,3	1ª	17,9	1	17,0	2ª
Alemanha	6,3	3ª	6,1	3ª	6,6	3ª
Argentina	6,2	4ª	6,0	4ª	6,6	3ª
Coreia do Sul	3,7	6ª	3,2	5ª	4,0	5ª
...
<i>Portugal</i>	<i>0,48</i>	<i>41ª</i>	<i>0,47</i>	<i>38ª</i>	<i>0,47</i>	<i>37ª</i>

Fonte: International Trade Centre (ITC)

A análise ao tipo de produtos exportados pelo Brasil, conforme detalhado na Tabela 10, revela que os grãos, sementes e frutos (representaram 10,6% das exportações) são os produtos mais exportados. Tal significa que, apesar da baixa representatividade do setor agrícola no PIB (estimava-se que representasse 6% do PIB em 2016), este tem uma relevância significativa nas exportações. Os minérios (8,5%), as carnes (6,8%), as máquinas e aparelhos mecânicos (6,3%) e os combustíveis (6,2%) são os restantes produtos com maior volume de exportação. De notar que este conjunto de produtos apenas representa cerca de 38% das exportações. Tal revela uma grande diversidade de produtos com quotas relevantes na estrutura de exportação brasileira. Importa, portanto, destacar um grupo de produtos que em conjunto representaram cerca de 22% das exportações brasileiras: veículos (5,9%), açúcar (5,7%), ferro e aço (4,3%), pastas de madeira e papel e madeira para reciclar (3%) e resíduos, desperdícios da indústria alimentar e alimentação para animais (3%).

Tabela 10 - Principais produtos transacionados nos mercados internacionais pelo Brasil em 2016

Exportações	%	Importações	%
12 – Grãos, sementes e frutos	10,8	84-Máquinas e equipamentos mecânicos	15,4
26 – Minérios, escórias e cinzas	8,5	85-Máquinas e equipamentos elétricos	12,3
02 – Carnes e miudezas comestíveis	6,8	27-Combustíveis / óleos minerais	11,0
84 – Máquinas e aparelhos mecânicos	6,3	87-Veículos automóveis, outros veíc. e partes	7,2
27-Combustíveis / óleos minerais	6,2	29 – Produtos químicos orgânicos	6,0

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Quanto aos produtos mais importados pelo Brasil, em 2016, regista-se uma concentração de cerca de 52% do total de importações em cinco grupos de produtos, nomeadamente: máquinas e aparelhos mecânicos (15,4%), máquinas elétricas e partes (12,3%), combustíveis, veículos automóveis e partes (7,2%) e os produtos químicos orgânicos (6%).

Investimento Direto

O desenvolvimento económico brasileiro tem sido impulsionado pelo investimento direto estrangeiro (IDE). Ao longo dos anos, muitas empresas estrangeiras utilizaram o Brasil como plataforma para as suas operações na América Latina. Porém, desde 2012 que os fluxos de IDE, captados pelo Brasil, têm vindo a desacelerar. Em 2016 o montante de IDE atingido cerca de 58,7 mil milhões de dólares, o que compara desfavoravelmente com os 76.1 mil milhões de dólares de 2012. Ainda assim, o Brasil é o 8º maior recetor de IDE a nível mundial, com uma quota de 3,4% desse total (Tabela 11).

Tabela 11 – O Brasil como recetor e emissor de IDE

Investimento Direto Estrangeiro (10 ⁶ USD)	2012	2013	2014	2015	2016
No Brasil	76 098	53 060	73 086	64 267	58 680
Ranking Mundial (recetor)	4 ^a	9 ^a	5 ^a	8 ^a	8 ^a
Proveniente do Brasil	-5 301	-1 180	2 230	3 092	-12 434
Ranking Mundial (emissor)	167 ^a	165 ^a	43 ^a	44 ^a	160 ^a

Fonte: UNCTAD – World Investment Report

Nota: Valores líquidos

Em 2015 (último ano disponível), os principais países investidores (em termos de fluxos) foram os Países Baixos (20% do total), os EUA (12%), o Luxemburgo e a Espanha (com 11% cada), a Alemanha (6%), o Japão e a França (5%, cada), a Noruega (4%), a Itália e o Reino Unido (3%),

cada). Os setores de atividade económica mais relevantes para o IDE, também em 2015 foram o retalho (9%), petróleo e gás (8%), telecomunicações (8%), automóvel (8%), energia elétrica (7%), químicos, alimentar, tabaco e sector imobiliário (com 4%, cada).

Relações Económicas com Portugal

Comércio de Bens

A história entre Brasil e Portugal tem mais de quatro séculos. As relações comerciais entre ambos revestem-se de grande importância, não só pelos laços históricos, mas também pelo atual posicionamento mundial do mercado brasileiro. Analisando o contexto do comércio internacional português de bens, refletido na Tabela 12, o Brasil representou, em 2016, um valor de 538,8 milhões de euros (2,0% do total) das exportações portuguesas e 1.054,4 milhões de euros (1,4% do total) das importações portuguesas. O saldo da balança comercial é assim favorável ao Brasil em 2016 (525,2 milhões de euros), o que se refletiu num coeficiente de cobertura de 51,1%. De realçar que este gap reduziu bastante no ano de 2013 (onde o coeficiente de cobertura foi de 88,8%), mas tem vindo a alargar-se novamente tendo, em 2016, atingido valores muito próximos de 2012 (49,7% de coeficiente de cobertura).

Tabela 12 – Balança Comercial de Bens de Portugal com o Brasil

10 ⁶ EUR	2012	2013	2014	2015	2016
Exportações	680,8	738,9	636,6	568,8	538,8
Importações	1368,8	831,9	864,8	860,0	1054,4
Saldo	-687,9	-92,9	-226,3	-291,2	-515,7
Coeficiente de Cobertura (%)	49,7	88,8	73,8	66,1	51,1

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Enquanto destino das exportações portuguesas de bens, o Brasil é um país relevante, ocupando a 13^a posição na hierarquia dos maiores compradores a Portugal (cerca de 1,1% do total). No sentido inverso, ocupa a 10^a posição como maior fornecedor de bens a Portugal (cerca de 1,7% do total) – conforme Tabela 13.

Realça-se ainda que, excluindo o espaço europeu, o Brasil posiciona-se no quinto lugar da hierarquia de clientes portugueses, em 2016 (seguido dos EUA, de Angola, de Marrocos e da China). Como fornecedor extra-UE, o Brasil ocupa o terceiro lugar (depois da China e Rússia).

Tabela 13 – Posição e quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Bens

	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil como cliente de Portugal	<i>Posição</i>	11 ^a	10 ^a	11 ^a	12 ^a	13 ^a
	<i>% Exp.</i>	1,5	1,6	1,3	1,1	1,1
Brasil como fornecedor de Portugal	<i>Posição</i>	10 ^a	12 ^a	11 ^a	11 ^a	10 ^a
	<i>% Imp.</i>	2,4	1,5	1,5	1,4	1,7

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Detalhando o tipo de produtos exportados para o Brasil, em 2016, destacam-se os produtos agrícolas (45,6% do total), seguidos dos veículos e outro material de transporte (21,2%) e das máquinas e aparelhos (9,1%). Este conjunto de produtos representava cerca de 75,9% das vendas portuguesas para este mercado. De destacar o crescimento das exportações de veículos e outro material de transporte que, em 2012, representava apenas 2,1% das exportações portuguesas para o Brasil. Estes produtos cresceram, em valor, cerca de 4 vezes em 2016 face ao valor de 2012. Importa ainda mencionar as exportações de produtos alimentares (7% do total) e os metais comuns (3,7%), conforme consta da Tabela 14.

Tabela 14 – Grupos de produtos principalmente exportados para o Brasil

10 ⁶ EUR	2012	% Tot 12	2015	% Tot 15	2016	% Tot 16	Var % 16/15
Agrícolas	248,0	36,4	251,1	44,1	245,7	45,6	-2,1
Veículos e outro material de transporte	14,2	2,1	90,4	15,9	114,2	21,2	26,3
Máquinas e aparelhos	115,3	16,9	72,5	12,7	49,2	9,1	-32,1
Alimentares	40,2	5,9	39,0	6,9	37,8	7,8	-3,2
Metais comuns	86,3	12,7	31,7	5,6	20,1	3,7	-36,8

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Aprofundando ainda mais a análise (analisando-se a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada - NC), os produtos mais representativos foram o azeite de oliveira (26,1% do total exportado em 2016), partes dos veículos e aparelhos das posições 8801 ou 8802 (19,6%), maçãs, peras e marmelos frescos (7,4%), vinhos (5,4%), peixes congelados, exceto filetes (5,1%) e peixes secos, salgados ou em salmoura (3,0%).

Em relação às importações portuguesas provenientes do Brasil, em 2016, destacam-se: os veículos e outro material de transporte (45,6%), os produtos agrícolas (19%) e os metais comuns (9,1%). Este conjunto soma, sensivelmente, 73,7% do total importado. Dos restantes produtos importados, destacam-se ainda os combustíveis minerais (8%) e as máquinas e aparelhos (3,6%), conforme Tabela 15.

De realçar o forte aumento registado nas importações de veículos e outro material de transporte (768,1%) face a 2015. No sentido inverso, destaca-se a forte quebra nas importações de combustíveis minerais, que em 2012 representavam 55,1% das importações, passando a 8% em 2016.

Tabela 15 – Grupos de produtos principalmente importados para o Brasil

10 ⁶ EUR	2012	% Tot 12	2015	% Tot 15	2016	% Tot 16	Var % 16/15
Veículos e outro material transporte	11,0	0,8	55,4	6,4	481,0	45,6	768,1
Agrícolas	259,4	18,9	286,1	33,3	200,0	19,0	-30,1
Metais comuns	18,6	1,4	97,4	11,3	96,1	9,1	-1,3
Combustíveis minerais	754,3	55,1	209,6	24,4	84,8	8,0	-59,5
Máquinas e aparelhos	34,3	2,5	39,5	4,6	37,5	3,6	-5,0

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Numa análise mais detalhada (a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada - NC), os produtos com maior representatividade nas importações foram os outros veículos aéreos, veículos espaciais e seus veículos de lançamento (43,8% do total em 2016), os óleos brutos de petróleo (8%), a soja (7,7%), os produtos laminados planos de ferro e aço (7,3%), o milho (3,5%) e os polímeros de etileno (2,2%).

Comércio de Serviços

Ao contrário do que acontece no comércio de mercadorias, na área dos serviços a balança bilateral tem sido favorável a Portugal, como constatável na Tabela 16 e Tabela 17. As exportações de serviços portugueses para o Brasil ascendiam a 1.004,4 milhões de euros, em 2016, contra um total de 614,8 milhões de euros, no mesmo ano. O coeficiente de cobertura era de 257,8%, nesse mesmo ano, sendo que, no período em análise, foi sempre superior a 200%.

Tabela 16 – Balança Comercial de Serviços de Portugal com o Brasil

10 ⁶ EUR	2012	2013	2014	2015	2016
Exportações	1099,9	1121,1	1109,8	968,6	1004,4
Importações	476,6	395,3	407,7	412,1	389,6
Saldo	623,3	725,8	702,1	556,5	614,8
Coeficiente de Cobertura (%)	230,8	283,6	272,2	235,0	257,8

Fonte: Banco de Portugal

Em 2016, o Brasil foi responsável por 3,8% das vendas de Portugal ao exterior e por 3% das compras. De notar estes dois valores apresentam trajetórias decrescentes ao longo do período de análise, conforme pode ser verificado na Tabela 17.

Tabela 17 – Quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Serviços

	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016
E.U.A. como cliente de Portugal	% <i>Exp.</i>	5,5	5,1	4,7	3,8	3,8
E.U.A. como fornecedor de Portugal	% <i>Imp.</i>	4,5	3,6	3,4	3,2	3,0

Fonte: Banco de Portugal

Investimento Direto

O fluxo líquido de investimento direto do Brasil em Portugal - IDE (de acordo com o Princípio Direcional) ascendeu a 250,3 milhões de euros em 2016. Entre 2012 e 2016, o IDE apresentou grandes flutuações. Com um valor de -620,9 milhões de euros em 2012, o valor tornou-se positivo em 2013 (121,2 milhões de euros). No ano seguinte cresceu mais de 10 vezes, atingindo os 1.308,7 milhões de euros. Em 2015 registou-se uma queda acentuada – o IDE reduziu 2.173 milhões de euros – tendo retomado valores negativos que, tal como já referido, voltaram a ser positivos em 2016.

No respeitante ao fluxo de investimento direto de Portugal no Brasil - IDPE (Princípio Direcional), o mesmo atingiu 371,4 milhões de euros em 2016. Note-se que o IDPE também apresentou uma grande volatilidade, tal como apresentado na Tabela 18

Tabela 18 – Fluxos de Investimento Direto entre Portugal e o Brasil – Princípio Direcional

10 ⁶ EUR	2012	2013	2014	2015	2016
IDPE	-598,4	-583,1	2159,5	-230,4	371,4
IDE	-620,9	121,2	1308,7	-864,3	250,3
Saldo	22,5	-704,3	850,8	633,9	121,1

Fonte: Banco de Portugal

Em relação à posição de investimento direto estrangeiro, o stock de investimento do Brasil no em Portugal (Princípio Direcional) registou, no final de 2016, cerca de 2,8 mil milhões de euros. Importa mencionar que o Brasil ocupava a 6^a posição enquanto emissor de investimento direto do exterior em Portugal, nesse mesmo ano, o que se refletia numa quota de 2,5% do stock total (Tabela 19).

Tabela 19 – Posição (stock) de Investimento Direto entre Portugal e o Brasil – Princípio Direcional

10 ⁶ EUR	2012	2013	2014	2015	2016
IDPE	3761,6	2865,4	3317,1	2366,7	2738,5
% Total de Portugal	8,7	6,5	7,4	4,5	5,2
IDE	1947,8	1636,1	3262,2	2581,3	2834,3
% Total de Portugal	2,2	1,8	3,3	2,4	2,5
Saldo	1813,8	1229,3	54,9	-214,7	-95,8

Fonte: Banco de Portugal

Condições Legais de Acesso ao Mercado e Outras Informações

Tabela 20 – Condições Legais de Acesso ao Mercado e Outras Informações

Entidades	
APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos	Entidade responsável pela angariação Investimento Direto Estrangeiro no Brasil
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Entidade onde pode ser consultada a lista de produtos sujeitos a autorização para importação
Legislação	
SISCOMEX - Sistema Integrado de Comércio Exterior	Plataforma que integra as atividades de registo, acompanhamento e controlo das operações de importação/exportação
Despacho Aduaneiro	todas as mercadorias importadas estão sujeitas a este despacho que é processado pelas entidades alfandegárias com base nas informações constantes na Declaração de Importação.
Lei n.º 7.678/88, de 8 de novembro e Decreto n.º 8.198/2014, de 20 de fevereiro	Regem a produção, circulação do vinho e derivados da uva e do vinho
Taxas	
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	Varia entre 7% e 25% consoante o Estado de destino das mercadorias
Imposto de Importação (II)	obrado aquando da entrada do produto no mercado, é calculado numa base ad valorem sobre o valor CIF das mercadorias
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	Calculado numa base ad valorem, embora para certos produtos seja calculado por um valor fixo por unidade
Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Património do Servidor Público (PIS Importação)	Taxa de 2,1% para a quase totalidade das importações
Contribuição para o Financiamento da Segurança Social (COFINS Importação)	Taxa de 9,65% para a quase totalidade das importações
Outras notas	
Não existe distinção entre capital nacional e estrangeiro. Os investidores apenas necessitam de registar a transação no Banco Central do Brasil (BCB). Este registo é obrigatório e toda a informação prestada integra o Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN).	
A maioria das áreas de atividade está aberta à iniciativa privada, com exceção de alguns setores, como por exemplo: desenvolvimento de atividades envolvendo energia nuclear, correios e telégrafos, assistência à saúde (salvo alguns casos previstos em lei) e indústria aeroespacial (lançamento e colocação em órbita de satélites, veículos, aeronaves, entre outras atividades).	
Para a abertura de uma empresa no Brasil é necessário constituir uma sociedade, o que implica escolher uma forma jurídica de acordo com o direito brasileiro, elaborar dos respetivos estatutos ou contrato social e registar a sociedade recém-criada, entre outras formalidades.	
É desaconselhada a criação de uma sucursal/filial no Brasil, devido à burocracia associada (Instrução Normativa DREI n.º 7, de 5 de dezembro de 2013), sendo preferível a criação de uma empresa de raiz/independente	

